

**RELATÓRIO ANÁLITICO
TERRITÓRIO DA REFORMA**

**CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO
UFMS/CNPQ/SDT/MDA**

EQUIPE

PATRÍCIA CAMEPÃO - COORDENADORA

ADRIANE QUEIROZ - COLABORADORA

VILMA RAMOS – TÉCNICA DA CÉLULA

JULHO/2012

1. Contextualização

O Território da Reforma é composto de 11 municípios. Inicialmente foram sete municípios: Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Maracajú, Nioaque e Sidrolândia. Durante o ano de 2006, por autorização da CIAT (Comissão de Instalação das Ações Territoriais) e posteriormente homologado pelo CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável) do Mato Grosso do Sul e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), foram incorporados ao Território os municípios de Bonito, Bela Vista, Jardim e Bodoquena. A Figura 1 apresenta visualmente a composição do Território.

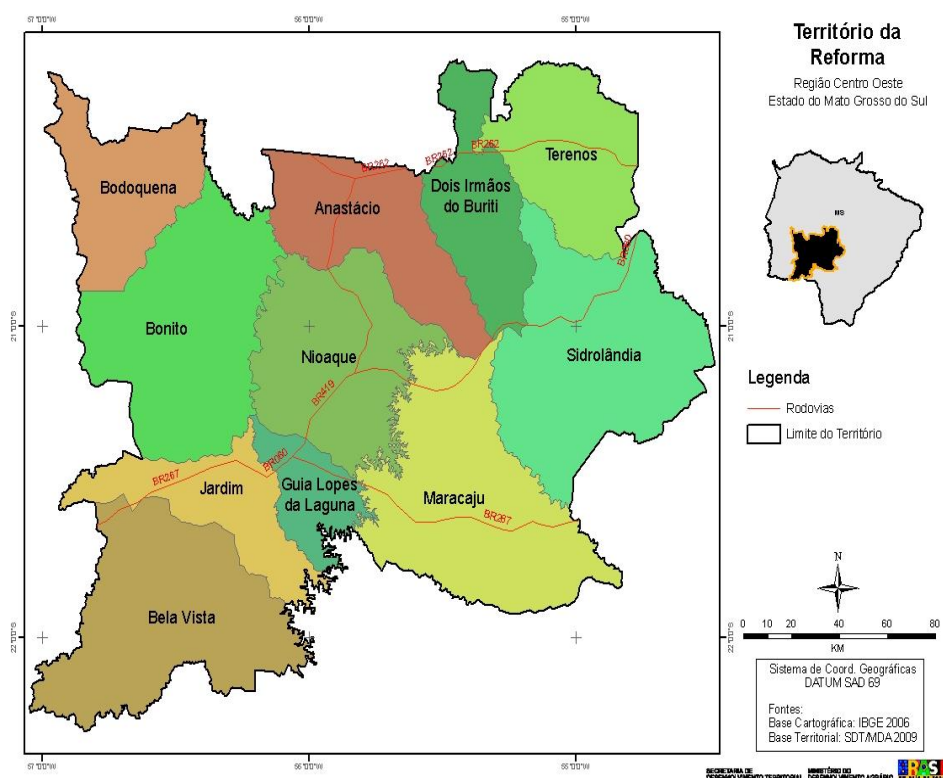


Figura 1 – Composição do Território da Reforma

A extensão territorial do TR da Reforma é de 38.394 km², representando 10,75% da área do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Território, segundo dados do Censo do IBGE, 2010 possui 230.737 habitantes, representando 9,42% dos habitantes do Estado. Do total de habitantes, 74,16% residem em área urbana e 25,84% em área rural, 51,18%

homens e 48,82% mulheres. A população cresceu 22%, de 2000 para 2010, crescimento maior que do Estado (19%).

A densidade demográfica de 6,25 hab/km² é inferior a densidade do Estado de Mato Grosso do Sul (6,86 ha/km²).

O PIB total foi de R\$ 2.688.443.000,00 em 2008. O PIB *per capita* (média do Território), de R\$ 10.102,12, está abaixo da média do Brasil que foi de 15.989,75 e acima/abaixo da média Estadual de 14.188,00; o município de maior PIB é Maracaju, representa 26% PIB do Território e o de menor PIB é Dois Irmãos do Buriti (3%).

Há no Território 63 assentamentos com 13.906 títulos. O município de Sidrolândia concentra 33% dos assentamentos, seguido por Terenos com 14% e Nioaque com 13%. Nos demais municípios, este percentual varia de 4 a 8%.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE/2006, há no Território da Reforma 8.505 estabelecimentos da agricultura familiar ocupando uma área total de 241.975 ha e 3.756 estabelecimentos não familiares ocupando área de 3.051.978 ha.

Os estabelecimentos da agricultura familiar representam 69% dos estabelecimentos rurais do Território ocupando apenas 7% da área ocupada, com tamanho médio da propriedade de 28 hectares. Já em todo Estado de Mato Grosso do Sul os estabelecimentos familiares representam 63% dos estabelecimentos rurais e ocupam 4% da área ocupada, com tamanho médio da área de 29 hectares.

Os agricultores familiares do Território representam 21% do total do Estado e 20% da área ocupada pela agricultura familiar. Este é um dado significativo tendo em vista que o Território como um todo ocupa apenas 10,75% da área do Estado.

Há no Território, segundo o Censo 2010 do IBGE, 8.223 indígenas sendo 4.755 em área rural de 10 municípios e quatro comunidades quilombolas totalizando 62 famílias.

A condição político-partidária dos gestores municipais divide-se em 64% do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, 18% do Partido dos

Trabalhadores, 9% do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, 9% do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

A arrecadação total de ICMS em 2010 foi de R\$ 100.598.192,11 (2,17% da arrecadação do Estado de Mato Grosso do Sul), sendo Maracaju o município de maior participação com 34,35% do total.

As principais atividades produtivas são a pecuária de corte e a leiteira, sendo a última, a principal atividade nas propriedades da agricultura familiar. Na agricultura os principais produtos são a cana-de-açúcar, a soja e o milho, característicos dos grandes produtores. Na Agricultura Familiar: arroz, feijão, milho, amendoim e soja.

2. Identidade

Os resultados da pesquisa sobre Identidade Territorial demonstram uma significativa diversidade de fatores apontados como importantes para a formação da identidade do Território, conforme demonstram a Tabela 1 e a Figura 2.

Tabela 1 – Resultados dos fatores responsáveis pela formação da Identidade Territorial

Categorias	Valor	Classificação
1. Ambiente	0,782	Médio Alto
2. Agricultura familiar	0,876	Alto
3. Economia	0,802	Alto
4. Pobreza	0,749	Médio Alto
5. Etnia	0,726	Médio Alto
6. Colonização	0,687	Médio Alto
7. Político	0,721	Médio Alto

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma - MS

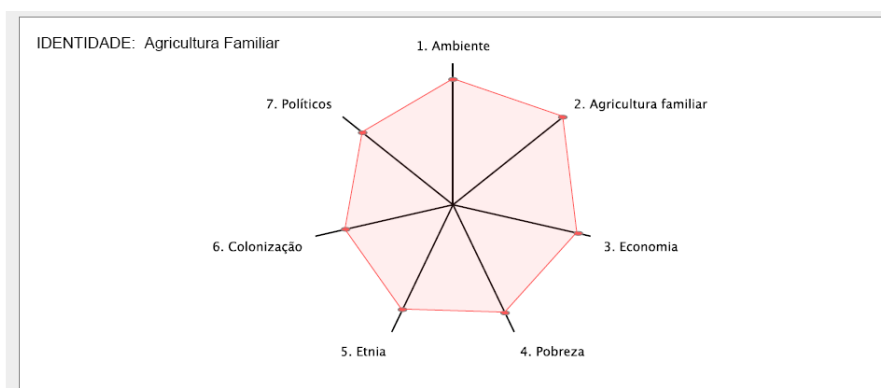


Figura 2 – Resultados dos fatores responsáveis pela formação da Identidade Territorial

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma - MS

Com base nos resultados conclui-se, num primeiro momento, que não existe um fator predominante na formação da identidade do território. Porém, quando consideradas as questões aplicadas aos entrevistados, percebe-se que as mesmas não favorecem a priorização dos fatores, levando apenas a uma indicação de quais fatores são importantes para a definição ou existência do Território.

No entanto, ao se analisar os resultados individuais das questões percebe-se que:

- os fatores apontados como o mais e o menos importantes para a delimitação do território, são, respectivamente: agricultura familiar e a pobreza/marginalidade/ problemas sociais;
- já em relação as organizações cuja participação são apontadas como a mais e a menos importante na gestão do colegiado são, respectivamente: agricultura familiar e organizações ambientais;
- os aspectos mais e menos importantes na definição de metas e objetivos de desenvolvimento são, respectivamente: agricultura familiar e processos de colonização;
- os aspectos mais e menos importantes na definição das características marcantes do território são, respectivamente: agricultura familiar e processos de colonização.

De fato, os fatores que prevalecem quanto a identidade, apesar da pequena diferença entre os resultados obtidos são agricultura familiar, atividades econômicas e ambiente (recursos naturais). Pode-se pensar que a diferença entre os dois primeiros fatores seja mínima, visto que a agricultura familiar é uma atividade econômica e como tal, é um dos principais pontos das ações de desenvolvimento territorial. Por outro lado, evidencia-se uma preocupação maior com aspectos produtivos e econômicos do que com aspectos sociais.

3. Capacidades Institucionais

Os resultados da pesquisa sobre Capacidades Institucionais são apresentados na Tabela 2 e na Figura 3.

Tabela 2 – Resultados indicadores de capacidades institucionais

Indicadores de Capacidades Institucionais	0,456	Médio
1. Gestão dos Colegiados	0,555	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,589	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,405	Médio
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,431	Médio
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,333	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,735	Médio Alto
7. Iniciativas Comunitárias	0,488	Médio
8. Participação	0,352	Médio Baixo

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma - MS

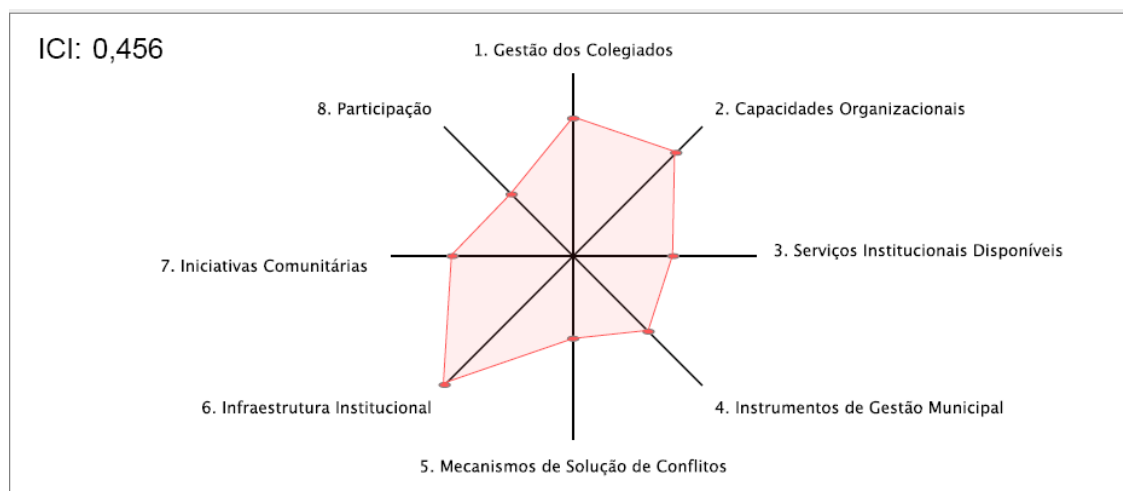


Figura 3 – Resultados indicadores de capacidades institucionais

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma - MS

Interessante notar que os fatores Infraestrutura Institucional, Capacidades Organizacionais e Gestão dos Colegiados apresentam os melhores índices, enquanto Iniciativas Comunitárias apresenta um baixo índice. Resgatando o significado de Iniciativas Comunitárias, torna-se difícil entender como uma população com baixa capacidade de se organizar socialmente para discutir sobre desenvolvimento e estabelecer alianças para defender seus interesses, possa apresentar uma boa capacidade de organização em cooperativas, cadeias produtivas, acordos de comercialização, entre outros.

Contrapondo também com os resultados do ICV, os fatores acima não deveriam prevalecer visto que a participação política (0,667) e a participação em atividades comunitárias (0,695) apresentaram baixos índices segundo a percepção da população.

Analisando-se também alguns resultados do ICV, a boa avaliação da Infraestrutura Institucional não condiz com a baixa participação da população em atividades culturais (0,596), um dos índices mais baixos.

Pode-se pensar que os resultados obtidos de entrevistas com pessoas diretamente envolvidas no processo de gestão territorial não reflete, significativamente, a realidade do território, mas sim de um grupo ainda restrito de participantes.

4. Gestão do Colegiado

Antes de analisarem-se os resultados da pesquisa sobre Gestão do Colegiado, cabe destacar, conforme Figura 4, que 45% dos entrevistados tem menos de um ano de atuação no Colegiado Territorial. Quando da entrevista estes não haviam participado de nenhuma reunião plenária, pois, a primeira foi realizada no final do 1º semestre (16 e 17 de junho) com baixo índice de participação.

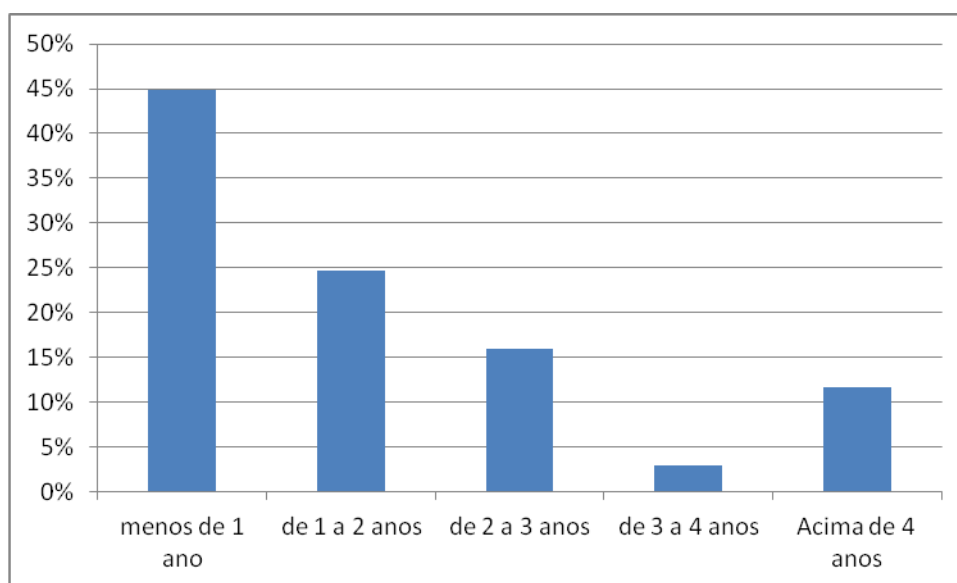


Figura 4 – Tempo de atuação dos membros do Colegiado da Reforma

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma - MS

Apesar de grande parte dos entrevistados (60,87%) afirmar que existe um assessor técnico apoiando permanentemente o Colegiado, acredita-se que grande parte, de fato, não sabe quem é e qual o papel do assessor técnico, ou pode estar confundindo o assessor com o Articulador Estadual, pois o TR da Reforma não possui um assessor contratado desde outubro de 2010. Este fato demonstra sérios problemas na capacidade do colegiado em administrar a contratação do técnico junto às entidades parceiras e a SDT, com alegações recorrentes de que esse aspecto não depende do colegiado. Cabe destacar também que 31,88% afirmou não saber se existe ou não um assessor.

Dentre aqueles que afirmaram não existir assessor técnico 86,96% não souberam dizer quem desempenha este papel. O que condiz com a realidade, pois este papel não vem sendo desempenhado por nenhum outro profissional.

Quanto à forma de seleção e eleição de membros ao Colegiado, predomina convocatória aberta para eleição de representantes (52,17%) e convite direto a organizações selecionadas (27,54%) contra a ausência total de solicitações voluntárias. Esse fato pode ser decorrente de que todos os municípios realizaram plenárias municipais este ano para eleição dos representantes.

As representações de agricultores familiares (Figura 5) foram indicadas como as que possuem a maior capacidade de decisão no colegiado, seguida das representações municipais e estaduais. De fato, esses são quase a totalidade dos membros do colegiado.

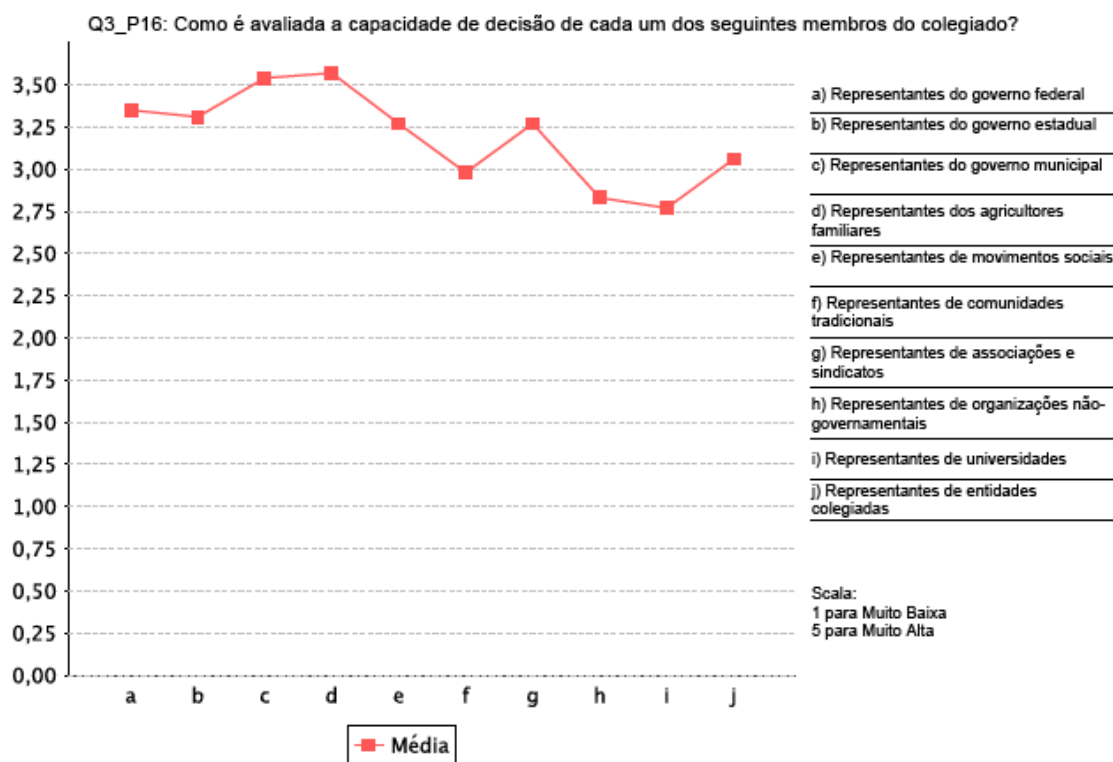


Figura 5 – Avaliação da capacidade de decisão de cada um dos seguimentos do Colegiado
Fonte: SGE/CAI Território da Reforma - MS

A difusão de informações sobre ações do Colegiado são realizadas, notadamente, via comunicação pessoal (boca a boca) e Internet (e-mails) ou coletiva (reuniões comunitárias). São bastante incipientes as iniciativas de comunicação mais formal e que vise atingir a sociedade em geral. Desta forma, as informações circulam de forma bastante restrita.

Quanto aos temas mais tratados no Colegiado, evidencia-se a presença majoritária de temas como desenvolvimento agropecuário, infraestrutura,

planejamento e projetos. Já com baixa frequência, aparecem os temas como controle social, gênero/raça, saúde, lazer e justiça, aspectos importantes para a formação do capital social.

Os principais problemas que atrapalham a gestão do colegiado com mais frequência são: a baixa participação dos produtores, a baixa participação dos gestores públicos e a alta rotatividade dos membros. Esse resultado apresenta um fato preocupante no sentido de que os agentes em questão, notadamente, os públicos, deveriam ter efetivo envolvimento nas questões de desenvolvimento territorial.

Identificou-se que 53,62% dos respondentes afirmaram desconhecer a existência de um documento que trate da visão de futuro do território. Quanto ao papel do colegiado na elaboração do diagnóstico territorial, 49,28% indicaram a participação nas oficinas, enquanto 24,64% indicaram a participação na concepção e elaboração e 20,29% na revisão. Dos entrevistados, 43,48% disseram não saber sobre o papel do colegiado na elaboração do diagnóstico.

Quanto ao papel do colegiado no PTDRS, embora 42,03% tenham afirmado que o Colegiado participou nas oficinas de discussão, verifica-se que 47,83% afirmaram não saber sobre a questão. Isto pode ser consequência de grande parte não ter participado da elaboração do PTDRS quando da Constituição do Território, porque são novos no Colegiado e também por não conhecerem o documento.

Quanto ao mecanismo mais utilizado para a tomada de decisão no colegiado identificou-se a votação por maioria (85,51%), seguida de acordos por consenso (33,33%). Porém a indicação da ocorrência de defesa de projetos pelos próprios membros aparece com frequência de 14,49% e a articulação entre grupos de interesse com 24,64%. Esses resultados indicam uma situação um tanto precária quanto a decisão coletiva.

Quanto às capacitações realizadas, verifica-se a presença significativa de cursos em elaboração de projetos e desenvolvimento territorial, no entanto identificou-se uma baixa capacitação em planejamento estratégico, o qual é visto tecnicamente como uma etapa relevante à definição de planos de ação ou projetos.

5. Avaliação de Projetos

Os resultados referentes à pesquisa sobre os projetos demandados pelo Colegiado Territorial da Reforma, já concluídos até abril/2011, com recursos específicos do PROINF, apresentam índices baixos de desempenho, conforme Figura 6.

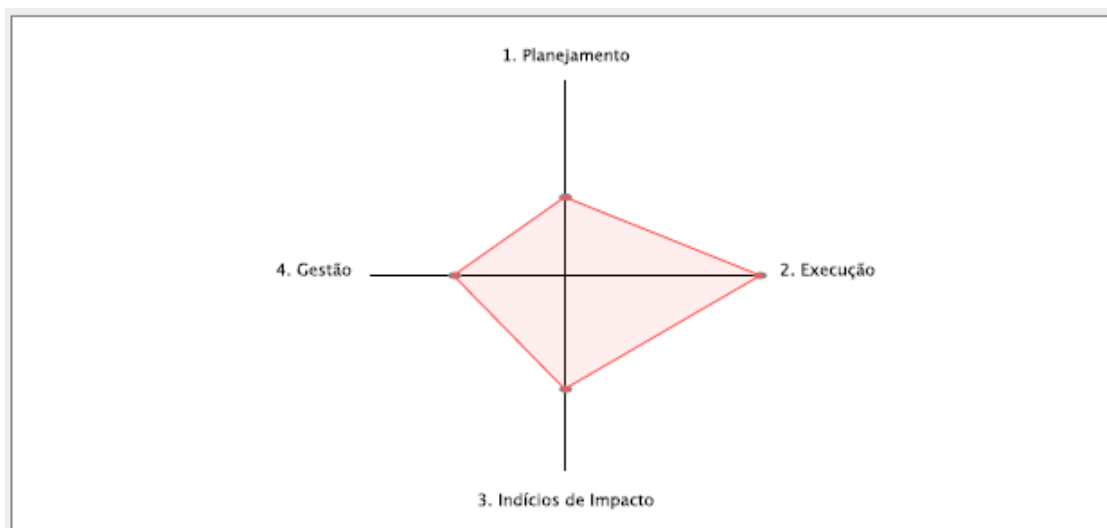


Figura 6 – Resultados da avaliação de projetos de investimento

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

De acordo com os dados da Tabela 3 percebe-se que a fase de planejamento dos projetos apresenta-se como ruim fato este que vem a colaborar com a proposta de maior capacitação em planejamento estratégico aos participantes do colegiado, os quais poderiam melhor propor e avaliar os projetos com base em critérios de alinhamento estratégico à visão de futuro e aos eixos temáticos do PTDRS.

Tabela 3 – Resultados da avaliação de projetos de investimento

Quadro de Indicadores	
1. Avaliação da Fase de Planejamento do Projeto	0,256
2. Avaliação da Fase de Execução do Projeto	0,638
3. Índícios de Impacto	0,372
4. Indicadores Gerais de Gestão do Projeto	0,363

Legenda:

0,80 - 1,00 = Ótimo
0,60 - 0,80 = Bom
0,40 - 0,60 = Regular
0,20 - 0,40 = Ruim
0,00 - 0,20 = Crítico

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

De fato, o baixo índice foi influenciado, especialmente, pelos aspectos de atividades econômicas (0,15) e organizações locais (0,15) atendidas pelos projetos, consideradas insuficientes.

A deficiência no atendimento a esses itens reflete-se, como esperado, nos baixos índices de impacto, especialmente quanto ao tamanho do mercado atingido (0,34) e os benefícios sócio-econômicos-políticos (0,27) obtidos. Assim como, também se refletem nos baixos índices de impactos positivos para o desenvolvimento territorial (0,33) e de variação do perfil do público apoiado e atendido pelos projetos (0,268).

Pode-se deduzir que existe uma deficiência significativa na capacidade de se estabelecer o escopo do projeto que contemple o maior número possível de beneficiários, e que isso se reflita em melhor desempenho sócio-econômico-político.

Cabe ressaltar que o número de projetos avaliados foi de apenas cinco e não são muito distintos como se pode ver na Tabela 4, três deles se referem a caminhões para apoiar o transporte de produção e insumos da agricultura familiar.

Tabela 4 – Projetos de Investimento Avaliados

Ano	Objeto	Proponente	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Situação
2007	Construção de estrutura física para comercialização	Anastácio	147.543,21	120.000,00	Não funcionando
2007	Apoio a projetos de infraestrutura e serviços: execução de 190,17m ² de edificação para alojamento da Escola Família Agrícola	Sidrolândia	119.478,33	100.000,00	Funcionando
2008	Aquisição caminhão caçamba trucado basculante, motor turbo diesel 6 cilindros, potenc max 240cv	Anastácio	195.654,64	170.000,00	Funcionando
2008	Aquisição de veículos para apoio a Escola da Família Agrícola (caminhão baú e veículo de passeio)	Sidrolândia	210.500,38	140.000,00	Funcionando
2009	Aquisição de caminhão basculante	Bela Vista	190.000,00	170.000,00	Funcionando

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

Na visita *in loco* aos projetos, constatou-se que apenas a estrutura para comercialização do município de Anastácio não está funcionando. A estrutura física possui sérios problemas que não permitem a sua utilização pelos beneficiários: o prédio é muito baixo, com ventilação insuficiente, rachaduras aparente e desnível do prédio em relação à rua que permite a entrada de água de enxurrada.

Com exceção da Escola Família Agrícola que está aberta a atender beneficiários de todo o território da Reforma, os projetos funcionam apenas localmente.

Os quadros 1 a 5 apresentam uma síntese dos resultados da avaliação de cada um dos projetos visitados e avaliados.

Quadro 1 – Construção estrutura física para comercialização - 232152

Objetivos do projeto	Critério de abrangência	Atividades atendidas	Aspectos ambientais
Fortalecimento de cadeias produtivas e do cooperativismo	Político/Administrativo	Não se aplica	Não se aplica
Público atendido	Metas de aumento da Competitividade	Parcerias na Implantação	Papel das entidades públicas (implantação)
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Elaboram a proposta, cofinanciam e participam com apoio técnico
Papel do colegiado	Entidade gestora e gestão do projeto	Como é mantida a estrutura existente?	Operação da capacidade instalada
Colegiado autoriza desembolso	Prefeitura Municipal no âmbito da Prefeitura	Não se aplica	Não se aplica
% de atendimento em relação ao PT	Que mercado permitiu acessar?	Impacto gerado na renda (beneficiários)	Dificuldades Encontradas
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

Quadro 2 – Apoio a projetos de infraestrutura e serviços: execução de 190,17m² de edificação para alojamento da escola agrícola – 232154

Objetivos do projeto	Critério de abrangência	Atividades atendidas	Aspectos ambientais
Fortalecimento de cadeias produtivas, da educação no campo e da identidade territorial	Físico-geográfico Territórios rurais	Produtivo Educativo	Não se aplica
Público atendido	Metas de aumento da Competitividade	Parcerias na Implantação	Papel das entidades públicas (implantação)
Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e jovens	Não se aplica	Prefeitura Associação	Cofinanciam
Papel do colegiado	Entidade gestora e gestão do projeto	Como é mantida a estrutura existente?	Operação da capacidade instalada
Colegiado avalia e autoriza desembolsos	Associação com ampla participação do beneficiário	Por acesso a recursos da Prefeitura Municipal e pela Associação gestora	De 80% a 100%
% de atendimento em relação ao PT	Que mercado permitiu acessar?	Impacto gerado na renda (beneficiários)	Dificuldades Encontradas
De 80% a 100%	Não se aplica	Não se aplica	Manutenção

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

Quadro 3 – Aquisição caminhão caçamba trucado basculante, motor turbo diesel 6 cilindros, potenc max 240cv – 266972

Objetivos do projeto	Critério de abrangência	Atividades atendidas	Aspectos ambientais
Geração de renda e fortalecimento de cadeias produtivas	Político-administrativo Físico-geográfico Territórios rurais	Produtivo Infraestrutura produtiva	Não se aplica
Público atendido	Metas de aumento da Competitividade	Parcerias na Implantação	Papel das entidades públicas (implantação)
Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, mulheres e jovens	Redução de custos e diversificação produtiva	Prefeitura	Elabora a proposta e cofinanciam
Papel do colegiado	Entidade gestora e gestão do projeto	Como é mantida a estrutura existente?	Operação da capacidade instalada
Colegiado é consultado, avalia e autoriza desembolsos	Prefeitura Municipal no âmbito da Prefeitura	Por acesso a recursos da Prefeitura Municipal	De 80% a 100%
% de atendimento em relação ao PT	Que mercado permitiu acessar?	Impacto gerado na renda (beneficiários)	Dificuldades Encontradas (P60)
De 60 a 80%	Municipal	Elevou a renda em até 35%	Não se aplica

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

Quadro 4 – Aquisição de veículos para apoio à Escola Família Agrícola no Município de Sidrolândia/MS (Caminhão Baú e Veículo de Passeio) - 266968

Objetivos do projeto	Critério de abrangência	Atividades atendidas	Aspectos ambientais
Geração de renda e fortalecimento de cadeias produtivas	Território rurais apoiados pela SDT/MDA	Produtivo, educacional e infraestrutura produtiva	Não se aplica
Público atendido	Metas de aumento da Competitividade	Parcerias na Implantação	Papel das entidades públicas (implantação)
Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e jovens	Não se aplica	Prefeitura, organizações da sociedade civil e entidades de assistência técnica	Elaboram a proposta e participam com apoio técnico
Papel do colegiado	Entidade gestora e gestão do projeto	Como é mantida a estrutura existente?	Operação da capacidade instalada
Colegiado é consultado	Prefeitura Municipal, no âmbito da Prefeitura	Por acesso a recursos da Prefeitura Municipal	De 40% a 60%
% de atendimento em relação ao PT	Que mercado permitiu acessar?	Impacto gerado na renda (beneficiários)	Dificuldades Encontradas
De 60% a 80%	Estadual	Elevou a renda entre 35% e 70%	Acesso a informação e capacitação

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

Quadro 5 – Aquisição caminhão basculante - 266971

Objetivos do projeto	Critério de abrangência	Atividades atendidas	Aspectos ambientais
Redução da pobreza, geração de renda e fortalecimento de cadeias produtivas	Físico-geográfico	Produtivo Infraestrutura produtiva	Uso sustentável de recursos naturais do território
Público atendido	Metas de aumento da Competitividade	Parcerias na Implantação (P23)	Papel das entidades Públicas (implantação)
Agricultores familiares e assentados da reforma agrária	Aumento da produtividade, redução de custos e diversificação produtiva	Prefeitura	Elaboram a proposta, cofinanciam e participam com apoio técnico
Papel do colegiado	Entidade gestora e gestão do projeto	Como é mantida a estrutura existente?	Operação da capacidade instalada
Colegiado não é consultado	Prefeitura Municipal no âmbito da Prefeitura	Por acesso a recursos da prefeitura municipal	100% com necessidade de ampliação
% de atendimento em relação ao PT	Que mercado permitiu acessar?	Impacto gerado na renda (beneficiários)	Dificuldades Encontradas
De 80% a 100%	Municipal	Elevou a renda em até 35%	Gestão

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS (Quadro adaptado – CAI do TR Noroeste de Minas)

6. ICV (Índice de Qualidade de Vida) X IDS (Índice de Desenvolvimento Econômico)

Os resultados gerais da pesquisa ICV são apresentados na Tabela 5, indicando desempenho médio alto do em todos os seguimentos, segundo a percepção dos entrevistados.

Tabela 5 – Resultados do ICV por seguimento

ICV/Fatores	Território	Com Produção	Familiar	Sem Produção
Amostra	250	175	70	75
Índice de Condições de Vida (ICV)	0,662	0,662	0,642	0,728
1. Fatores de Desenvolvimento	0,608	0,608	0,590	Nulo
2. Características de Desenvolvimento	0,658	0,658	0,639	Nulo
3. Efeitos de Desenvolvimento	0,730	0,731	0,707	0,728

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

Ao se analisar os indicadores individualmente, também não há muita variação. Identificam-se na Tabela 6 alguns dos aspectos mais críticos relacionados à agricultura familiar.

Tabela 6 – Efeitos do desenvolvimento – Agricultura Familiar

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,707	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,775	70	0,000	1,000	0,358
18. Condições de saúde	0,761	70	0,000	1,000	0,355
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,907	70	0,000	1,000	0,417
20. Situação econômica	0,875	70	0,000	1,000	0,311
21. Situação ambiental	0,854	70	0,000	1,000	0,311
22. Participação em organizações comunitárias	0,888	70	0,000	1,000	0,339
23. Participação política	0,857	70	0,000	1,000	0,317
24. Participação em atividades culturais	0,539	70	0,000	1,000	0,288

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

A participação em atividades culturais (0,539) apresenta um baixo índice, o que reforça a necessidade de que questões relacionadas a esse tema sejam foco de discussões no Colegiado e que, por sua vez, possa ser objeto de ações/projetos específicos. Lembrando que esse tema foi um dos menos citados como foco de discussões no Colegiado.

Analisando os resultados dos efeitos do desenvolvimento obtidos do ICV- Agricultura Familiar com os resultados do ICV - Com produção (Tabela 7), o qual

engloba todos os entrevistados (agricultores familiares e outros), percebe-se desempenho bastante similar entre eles.

Tabela 7 – Efeitos do desenvolvimento – Com Produção

4- DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	0,731	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
17. Condições de alimentação e nutrição	0,807	175	0,000	1,000	0,393
18. Condições de saúde	0,801	175	0,000	1,000	0,398
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,920	175	0,000	1,000	0,443
20. Situação econômica	0,673	175	0,000	1,000	0,334
21. Situação ambiental	0,671	175	0,000	1,000	0,343
22. Participação em organizações comunitárias	0,703	175	0,000	1,000	0,383
23. Participação política	0,666	175	0,000	1,000	0,369
24. Participação em atividades culturais	0,606	175	0,000	1,000	0,364

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

Os resultados apresentados condizem com os resultados obtidos na pesquisa IDS, onde os indicadores culturais apresentam baixos índices, conforme Figura 7 e Tabela 8. Fica bastante evidente o baixo envolvimento institucional com a temática cultura.



Figura 7 – Indicadores culturais

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

Tabela 8 – Resultados indicadores Culturais

3- DIMENSÃO 2: INDICADORES CULTURAIS	0,243
Índice de Gestão Municipal em Cultura - IGMC	0,241
Índice de Fortalecimento Institucional - IGMC-FI	0,283
Índice de Infra-estrutura e Recursos Humanos - IGMC-IH	0,234
Índice de Ação Cultural - IGMC-AC	0,212

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

Importante salientar que a formação do capital social depende, especialmente, da formação educacional e cultural da sociedade, sendo importante fonte de integração e coesão social, facilitando as organizações coletivas. Pode-se verificar ainda, conforme a Tabela 6, que a participação dos

agricultores familiares em organizações comunitárias (0,686) e ações políticas (0,657) também apresentam índices relativamente baixos.

Cabe destacar que tanto a participação quanto a não participação poderiam ser conceituadas positivamente. O instrumento de pesquisa não permitiu confirmar sobre qual parâmetro o entrevistado respondeu a questão. Por isto, é factível inferir que os índices seriam ainda mais baixos.

Por outro lado, verifica-se que a questão de alimentação e nutrição (0,775) encontra-se em patamar satisfatório, segundo os entrevistados. Assim como, a situação econômica é considerada média-alta (0,675). Cabe destacar que de acordo com a Figura 8, além da produção, os agricultores familiares possuem outras fontes de renda que contribuem para uma melhoria da condição econômica, especialmente trabalho para terceiros – agrícola + não agrícola (36%) e aposentadoria ou pensão (43%).

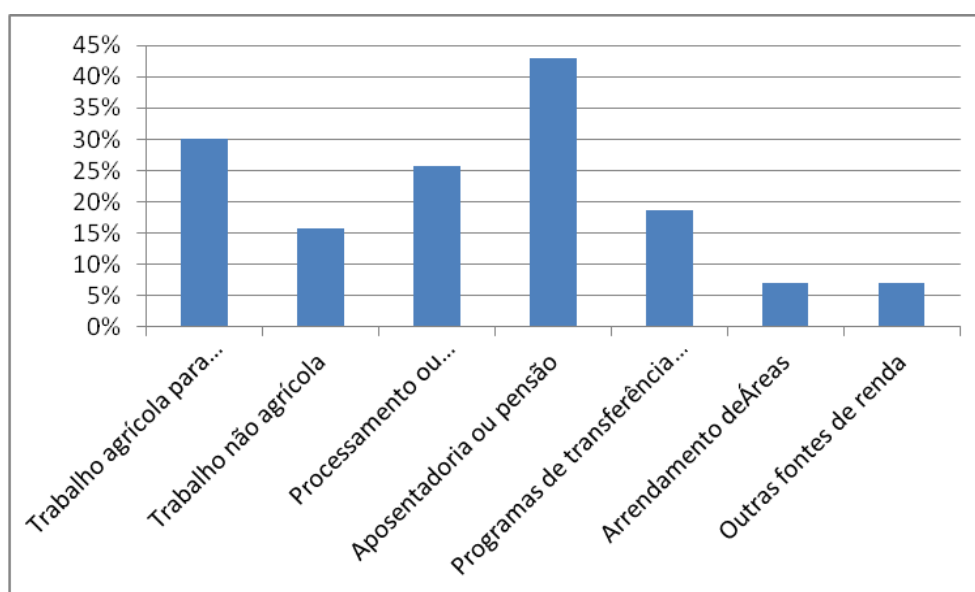


Figura 8 – Fontes de renda exceto produção – agricultura familiar

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

No entanto, quando considerados os resultados da pesquisa IDS, verifica-se que os indicadores econômicos encontram-se bastante deficientes, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Indicadores econômicos

5- DIMENSÃO 4: INDICADORES ECONÔMICOS	0,278
IDH Renda	0,814
Participação da agricultura no PIB	0,553
Rendimento agrícola	0,025
Agricultura familiar	0,007
Exportações	0,041
Gini Renda	0,041

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

De maneira geral, os resultados do IDS são críticos no Território da Reforma, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – IDS – Território da Reforma

Índice de Desenvolvimento Sustentável	0,338
1. Político - Institucional	0,497
2. Cultural	0,243
3. Social	0,539
4. Econômico	0,277
5. Ambiental	0,258
6. Demográfico	0,440

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

Com base nos fatos apresentados, faz-se necessária uma maior reflexão sobre o descompasso entre a percepção das pessoas sobre qualidade de vida (dados primários) e os indicadores de desenvolvimento sustentável (dados secundários). Algumas hipóteses surgem:

- o grau de exigência da população quanto o que seja qualidade de vida é baixo;
- qualidade de vida, para a população rural, refere-se basicamente ao acesso a alimentos e moradia;
- o método de obtenção de dados não conseguiu captar, de fato, a percepção sobre qualidade de vida.

Os resultados relacionados aos fatores de desenvolvimento (ICV- Agricultura Familiar), isto é, os fatores considerados direcionadores do desenvolvimento, são apresentados na Figura 9.

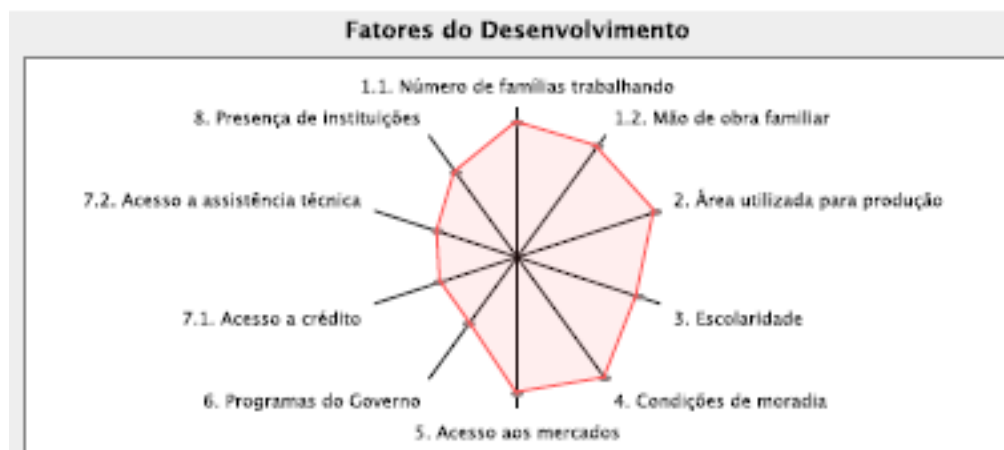


Figura 9 – Fatores do desenvolvimento – ICV agricultura familiar
 Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

A identificação dos quatro piores índices (acesso a crédito, programas de governo, acesso a assistência técnica e presença de instituições), apresentados na Tabela 11, permite concluir que aspectos relacionados, especialmente, ao governo, são percebidos como precários. Fatores esses, bastante importantes ao atendimento das especificidades do desenvolvimento da agricultura familiar.

Tabela 11 – Fatores do desenvolvimento – ICV agricultura familiar.

2- DIMENSÃO 1: fatores do desenvolvimento	0,590	Freq	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
1.1. Número de famílias trabalhando	0,657	70	0,000	1,000	0,310
1.2. Mão de obra familiar	0,671	70	0,000	1,000	0,317
2. Área utilizada para produção	0,714	70	0,000	1,000	0,331
3. Escolaridade	0,625	70	0,000	1,000	0,314
4. Condições de moradia	0,732	70	0,000	1,000	0,340
5. Acesso aos mercados	0,668	70	0,000	1,000	0,323
6. Programas do Governo	0,403	67	0,000	0,750	0,210
7.1. Acesso a crédito	0,400	70	0,000	0,750	0,214
7.2. Acesso a assistência técnica	0,411	70	0,000	0,750	0,222
8. Presença de instituições	0,511	70	0,000	1,000	0,275

Fonte: SGE/CAI Território da Reforma – MS

7. ANÁLISE INTEGRADORA DE INDICADORES E CONTEXTO

Com base nos resultados das pesquisas e no conhecimento adquirido sobre o contexto real do Território e, principalmente, sobre a situação atual do Colegiado Territorial da Reforma, seguem algumas considerações.

Considerando-se o papel fundamental do Colegiado Territorial enquanto esfera de integração de organizações e de articulação em prol da gestão social, torna-se relevante destacar sua atual situação de funcionamento. A pesquisa “Gestão do Colegiado” deixa transparecer importantes entraves existentes no funcionamento do colegiado, aspectos que dificultam o atingimentos de seus objetivos principais. Objetivos esses, reduzidos com frequência à realização de projetos de investimento.

A alta rotatividade dos membros do Colegiado, a frágil participação de representantes efetivos dos agricultores familiares, o baixo comprometimento de gestores públicos municipais, são fatores que precisam ser pensados como desafios a serem enfrentados e vencidos. Sem esse enfrentamento, dificilmente ocorrerá o fortalecimento do Colegiado enquanto organização catalisadora da gestão social.

Ao questionar-se sobre a causa dos fatores apontados acima, algumas respostas podem ser delineadas. Resultados do ICV podem favorecer algumas análises, como a de que as pessoas do meio rural não se caracterizam por razoável participação em ações coletivas comunitárias. Incorporando a percepção dos entrevistadores do ICV, identificou-se com frequência a acomodação dos entrevistados com essa situação, não havendo demonstração efetiva de que se houvesse oportunidade, a sua participação seria maior. Esse resultado também foi identificado em pesquisas realizadas junto a territórios CONSAD no Mato Grosso do Sul.

Sintetizando esses resultados, constata-se o baixo capital social presente nos territórios rurais, fato esse que não favorece as ações cooperativas e tão pouco as iniciativas de gestão social.

Outro aspecto, citado por membros do Colegiado, considerado uma possível razão aos problemas, é o fato de que são poucos os recursos

disponibilizados para ações de maior mobilização para a integração territorial. Sendo que as plenárias tornam-se o único momento de discussão coletiva. Porém, sendo esse um momento raro, cabe aqui refletir se o mesmo tem sido bem aproveitado para o alcance dos objetivos principais do Colegiado.

Acompanhando as sessões, percebe-se uma tendência à centralização das discussões sobre a realização de projetos de investimento, fato confirmado por resultados da pesquisa “Gestão do Colegiado” (Q3_P19). Temas como controle social, cidadania, educação, lazer, cultura, quase nunca são foco de reflexão. À ausência das temáticas culturais nas ações do Colegiado associam-se os poucos investimentos públicos nesse setor, conforme ilustram os baixos índices dos Indicadores Culturais no Território, obtidos pela pesquisa IDS. Lembrando, novamente, que a formação do capital social depende, especialmente, da formação educacional e cultural da sociedade, sendo importante fonte de integração e coesão social, facilitando as organizações coletivas.

Importante aspecto a considerar quanto ao funcionamento do Colegiado, refere-se à dificuldade na formação e participação do Núcleo Diretivo, o qual ao exigir uma maior participação, acaba sendo considerado pouco atraente, notadamente, para representantes da sociedade civil, ou melhor, dos agricultores familiares. Verifica-se, então, que o mínimo funcionamento do Colegiado se dá pela atuação de pessoas representantes do Poder Público Municipal. Embora haja representantes da sociedade civil no ND da Reforma a frequência destes nas reuniões é baixa. É uma preocupação real da direção do Colegiado, como atrair representantes da sociedade civil que participem efetivamente do Núcleo Diretivo. Sendo assim, pode-se questionar até que ponto o futuro do Colegiado está garantido e, mais importante, ele se tornará de fato uma organização identificada com a sociedade civil ou com o poder público? Quais as chances do Colegiado evoluir efetivamente em direção das propostas de gestão social?

Se, por um lado, pode-se tratar a gestão social como finalidade, pode-se também pensá-la como meio de operacionalização. Nesse sentido, percebe-se que ainda são quase inexistentes arcabouços teóricos voltados à gestão de organizações baseadas em rede de parcerias, como é o caso do colegiado territorial.

Segundo Tenório (2003), a gestão social deve propor um gerenciamento participativo no qual o processo decisório seja exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. O autor argumenta que gestão social é um conjunto de processos sociais desenvolvidos pela ação gerencial, sendo a articulação entre as suas necessidades administrativas e políticas colocadas pelas exigências da democracia e cidadania para a potencialização do saber e competência técnica e o poder político da população. Nesse contexto, preconiza a importância das funções gerenciais (planejar, organizar, dirigir e controlar) e as competências do gestor para uma gestão social eficaz. Nesse aspecto, verifica-se a dificuldade de operacionalização do Colegiado. A adoção de práticas organizacionais mínimas deveria nortear o funcionamento dessa organização com vistas a contribuir para a gestão de parcerias, fator fundamental para estruturas em rede.

Nesse sentido, Junqueira (2000) afirma: “nas redes os objetivos definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Daí a importância de que cada organização pública, seja estatal ou privada, desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo”.

No entanto, o alcance de objetivos coletivos depende da exata compreensão de quais são esses objetivos e de qual o papel de cada membro da rede nesse processo. A ausência desse entendimento dificulta a realização de projetos caracterizados por recursos escassos e problemas complexos, envolvendo múltiplos atores, públicos e privados, bem como uma crescente demanda por benefícios e participação cidadã (Fleury e Overney, 2007).

As pesquisas realizadas evidenciam o desconhecimento do papel do Colegiado na elaboração do diagnóstico territorial, em torno de 50% dos participantes do Colegiado pesquisados não sabiam se o Colegiado tinha participado da sua elaboração. Entre aqueles que afirmaram saber qual o papel do Colegiado na elaboração do diagnóstico territorial, a maioria afirmou que este participou apenas das oficinas de discussão para sua formação.

A análise dos projetos realizados pelo Colegiado evidencia a ausência de propostas realmente integradoras de ações territoriais. O primeiro aspecto avaliado foi a participação efetiva dos habitantes do Território na elaboração dos projetos dos quais deveriam ser os principais beneficiários. Essa participação deveria permitir uma melhor adequação dos projetos às necessidades reais da população. No entanto, ela foi constatada em apenas metade dos projetos realizados no Território da Reforma.

A pequena participação dos interessados indica um baixo envolvimento da comunidade. A resolução desse problema passa pelo fortalecimento da capacidade de organização dos membros da comunidade, a fim de favorecer a participação na construção de projetos que atendam as especificidades locais. Um dos fatores que condicionam o sucesso da implantação dos projetos está na capacidade de articulação dos atores envolvidos. No Território da Reforma, metade dos entrevistados não sabia que tipo de participação eles tinham nos projetos, o que denota uma falta de interesse.

Os projetos são voltados essencialmente para o setor produtivo, a infraestrutura produtiva e o setor educacional. Projetos produtivos estão destinados a criação de empregos e a melhoria de renda da população local. No entanto, o sucesso desse tipo de projeto passa por uma avaliação técnica anterior, o que não está ocorrendo nos territórios pesquisados. Na análise verifica-se também a pouca importância do plano de comercialização, aspecto imprescindível para o sucesso dos projetos.

Todos os projetos no Território da Reforma estão focalizados em apenas um município, sem integração territorial, e a gestão dos projetos ocorre, essencialmente, em nível das prefeituras municipais.

A implementação de projetos, de âmbito municipal, limita os incentivos para a integração entre os municípios. A criação de mecanismos institucionais para a integração territorial, fator identificado como necessário pelo MDA, passa pela implantação de linhas de financiamento de projetos maiores, com necessidade de participação intermunicipal.

De fato, o envolvimento e a participação dos atores locais na gestão de projetos que beneficiem a comunidade local apresentam-se bastante reduzidos e

limitados a poucas pessoas, essencialmente órgãos do poder público. A ação dos Colegiados não é integrada ao Território, uma vez que muitos de seus membros não se interessam em participar. As decisões acontecem em pequenos grupos, o que dificulta a elaboração de um planejamento territorial com representação dos interesses da população. A participação efetiva dos atores locais nos processos de identificação, planejamento, implementação e gestão de projetos ligados a demandas locais não está acontecendo.

8. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O TERRITÓRIO

Considerando-se os resultados obtidos nas pesquisas, alguns aspectos críticos identificados em reuniões com representantes do colegiado e em nossa observação pessoal, algumas ações podem ser delineadas.

Inicialmente, sugere-se que haja um trabalho mais dedicado ao fortalecimento do Colegiado no sentido de minimizar as principais dificuldades identificadas, tais como: baixa participação da sociedade civil, dificuldades na gestão operacional do colegiado, baixo comprometimento dos membros com as atividades rotineiras do colegiado, sentimento de impotência diante de questões administrativas e políticas, ausência de apoio técnico efetivo.

Diante disso, algumas ações são propostas, a saber:

- capacitação dos membros do núcleo diretivo em método de planejamento estratégico, com o objetivo de melhorar a compreensão sobre os objetivos principais da organização, assim como definir melhor os papéis de cada participante do colegiado no processo de gestão social;
- avaliação geral das práticas de gestão organizacional utilizadas no funcionamento do colegiado, enquanto uma organização caracterizada como uma rede de atores públicos e representantes da sociedade civil organizada, voltada a gestão social;
- ampliação da participação de representantes da sociedade civil nas atividades de gestão do colegiado, buscando a sistematização de um processo de atração de pessoas interessadas e comprometidas com trabalho voluntário e coletivo;
- fortalecer a capacidade do colegiado em realizar a gestão dos recursos que são disponibilizados pelo programa ao funcionamento do mesmo, diminuindo a assimetria informacional entre os diversos agentes envolvidos (MDA/SDT, DFDA-MS, ONGs parceiras, Universidade,...); e
- Ampliar a troca de experiências com os demais colegiados territoriais atuantes no MS, de modo a identificar oportunidades de ações conjuntas e de práticas a serem compartilhadas.

De fato, as propostas visam iniciar um processo efetivo de fortalecimento do Colegiado no sentido de torná-lo apto a realmente conduzir a implementação

do programa no território, consciente de seu papel e de seu valor enquanto agente de mudança social.

Um ponto importante a ser trabalhado, refere-se à compreensão do que seja conduzir uma estrutura em rede, em que cada participante deve colaborar de alguma forma com o alcance de um objetivo comum. No caso do Colegiado, cabe ressaltar que cada participante é representante de uma organização e, como tal, deve exercer seu papel de difusor e catalisador de ações junto aos demais. Deve-se buscar a efetiva participação de parceiros com propósitos parecidos, como os CMDRSs que se propõem a gestão social em âmbito municipal. Somente assim, será possível ampliar a base de atuação do programa de forma sustentável.

ANEXO: Validação de instrumentos e procedimentos

Em relação ao questionário ICV (Q4), de maneira geral, simplificar as perguntas e evitar perguntas com várias interpretações.

Nas questões “12) Você acha que sua produção é... (anote o código da resposta no quadrado)” e “13) As fontes de renda ou de ganhos em dinheiro em sua família são... (anote o código da resposta no quadrado)”, parte dos respondentes não entendeu o conceito de variada confundindo-o com variável. Poderia ser incluída uma explicação do conceito.

Nas questões 22, 23 e 24, relacionadas à participação política, comunitária e cultural, seria interessante perguntar se a pessoa participa, antes de perguntar o que ela acha da participação, pois, muitos disseram que não participavam, mas, achavam isso bom, pois não gostam de participar.

Em relação aplicação do questionário ao seguimento sem produção, deveria ser aplicado em sua totalidade, excluindo-se apenas as questões relacionadas à produção.

No questionário Identidade Territorial (Q2) especialmente e nos outros de maneira geral, a partir da análise das respostas tabuladas na página do SGE, foi constatada uma grande dificuldade, para não dizer a impossibilidade, de conseguir diferenciar as médias em todas as perguntas com nota de 1 a 5. Nesse caso, a maioria dos entrevistados escolheu respostas similares para todos os elementos avaliados, homogeneizando os resultados. Uma sugestão seria a troca desse tipo de pergunta e o pedido de classificação dos elementos por ordem de importância (1=mais importante, 2 = segundo mais importante,...). Essa estratégia força o entrevistado a escolher e permite uma classificação melhor.

Na avaliação da capacidade institucional (Q1), a avaliação dos mecanismos de resolução de conflitos (Q1 – P19) considerou notas maiores quando se recorria a mais mecanismos. No entanto, os mecanismos não são adicionais e não é porque existem quatro deles que o sistema é mais eficiente que nos lugares onde apenas um é usado. Além do mais, nas respostas possíveis existem dois mecanismos mais formais (juízes, autoridades municipais) e dois informais (conselhos comunitários e membros da comunidade). Para o bom

funcionamento de um território, onde aspectos informais são importantes, deveria se diferenciar os dois tipos de mecanismos.

Em relação ao Q3 “Acompanhamento da Gestão do Colegiado”, durante as entrevistas, alguns entrevistados disseram informalmente que o questionário não estava avaliando os reais problemas do Colegiado, desta forma sugere-se incluir questões sobre:

- dificuldades que os delegados têm em participar das reuniões e conduzir ações do Território no seu dia-a-dia;
- problemas que estes identificam na gestão do Colegiado (coordenação, agendas, metodologia de condução de reuniões, etc.);
- demandas por capacitações;
- dificuldades para se trabalhar projetos territoriais.